



**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO 2º QUADRIMESTRE
PREFEITURA MUNICIPAL**

Processo : TC-3059.989.20-2

Entidade : Prefeitura Municipal de Álvares Machado

Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período
examinado** : 2º quadrimestre de 2020

Prefeito : Roger Fernandes Gasques

CPF nº : 350.139.648-14

Período : 01/01/2020 a 31/08/2020

Relatoria : Dr. Sidney Estanislau Beraldo

Instrução : UR-05 / DSF-I

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Roger Fernandes Gasques (evento 16.2), responsável pelas contas em exame.

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

| EXERCÍCIOS | 2017 | 2018 | 2019 |
|----------------|------|------|------|
| IEG-M | C | C+ | C+ |
| i-Planejamento | C | C | C |
| i-Fiscal | C | C+ | B |
| i-Educ | C+ | B | C+ |
| i-Saúde | B | B | B |
| i-Amb | C | C+ | C |
| i-Cidade | C | C | C |
| i-Gov-TI | C+ | B | C |

Obs.: índices do exercício anterior após verificação/validação da Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
5. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
6. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O relatório do 1º quadrimestre está colacionado no evento 16.5 destes autos.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-14416.989.20-0, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

O Controle Interno exerceu de maneira efetiva suas atribuições no exercício em exame, com elaboração de relatórios mensais.

Demais disso, o Controle Interno está atuando no controle dos atos e despesas relacionadas à pandemia COVID-19.

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.

A.3. OBRAS PARALISADAS

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | Valores | |
|---|--------------------------|---------------|
| (+) RECEITAS REALIZADAS | R\$ 50.355.709,29 | |
| (-) DESPESAS EMPENHADAS | R\$ 53.551.881,84 | |
| (-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA | R\$ 1.534.086,08 | |
| (+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA | | |
| (-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | | |
| (+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO | | |
| RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | -R\$ 4.730.258,63 | -9,39% |

Dados extraídos do Sistema AudeSP: Relatório de Instrução juntado no Arquivo 01.

Consideradas as despesas liquidadas, constata-se um superávit de R\$ 6.365.703,31, correspondente a 12,64%.

Face à perspectiva de déficit orçamentário, conforme retro descrito, informamos que o município decretou estado de calamidade pública/emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual (art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

| Período | Ago 2019 | Dez 2019 | Abr 2020 | Ago 2020 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| % Permitido Legal | 54,00% | 54,00% | 54,00% | 54,00% |
| Gasto Informado | R\$ 32.960.140,02 | R\$ 33.358.034,13 | R\$ 33.652.640,46 | R\$ 34.012.635,18 |
| Inclusões da Fiscalização | | | R\$ 528.084,45 | R\$ 750.468,47 |
| Exclusões da Fiscalização | | | | |
| Gastos Ajustados | R\$ 32.960.140,02 | R\$ 33.358.034,13 | R\$ 34.180.724,91 | R\$ 34.763.103,65 |
| Receita Corrente Líquida | R\$ 65.144.098,36 | R\$ 67.105.437,97 | R\$ 67.317.198,05 | R\$ 72.285.724,40 |
| Inclusões da Fiscalização | | | | |
| Exclusões da Fiscalização | | | | |
| RCL Ajustada | R\$ 65.144.098,36 | R\$ 67.105.437,97 | R\$ 67.317.198,05 | R\$ 72.285.724,40 |
| % Gasto Informado | 50,60% | 49,71% | 49,99% | 47,05% |
| % Gasto Ajustado | 50,60% | 49,71% | 50,78% | 48,09% |

Constatamos que nos dois quadrimestres de 2020 o município realizou gastos com profissionais contratados através do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, para o desempenho de atividades típicas e rotineiras da administração. Desta forma, por se tratar de despesas que caracterizam substituição de mão de obra, com base no disposto no artigo 18, §1º, da LRF, incluímos nas despesas de pessoal, no importe de R\$ 528.084,45 referente ao 1º quadrimestre (Evento 16.4) e R\$ 750.468,47 referente ao 2º quadrimestre (Arquivo 02).

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



B.1.3. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

B.1.3.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.1.3.1.1. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No quadrimestre em análise o Município não realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária - ARO.

B.1.3.2. LEI ELEITORAL (LEI FEDERAL Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)

B.1.3.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS

A partir de 19 de maio, as alterações remuneratórias se limitaram à inflação do período cumprindo-se o art. 73, VIII da Lei Eleitoral.

B.1.3.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

A partir de 15 de Agosto, o Município não empenhou gastos de publicidade vedados pelo art. 73, VI, “b” da Lei Eleitoral.

Ainda, até 15 de Agosto de 2020 os gastos liquidados de publicidade institucional **não** superaram a média dos dois primeiros quadrimestres dos três últimos exercícios financeiros (2017 a 2019), observando o inciso VII, do § 3º, do art. 1º, a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, conforme demonstrado:

| Publicidade em ano eleitoral | | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| Períodos: | 1º e 2º quadr./2017 | 1º e 2º quadr./2018 | 1º e 2º quadr./2019 | até 15/08/2020 |
| Despesas: | R\$ 66.505,54 | R\$ 4.925,00 | R\$ 3.550,00 | R\$ 3.121,14 |
| Média apurada dos períodos dos exercícios anteriores | | | | R\$ 24.993,51 |

B.1.3.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No quadrimestre em análise, a Prefeitura não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais.

B.2. IEG-M – I-FISCAL

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1. NÃO ATENDIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA E DA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

A partir de análise das informações fornecidas pela Origem ao Sistema AUDESP (Arquivo 03), verificamos que a Prefeitura atribuiu “OUTROS/NÃO APLICÁVEL” no campo “MODALIDADE DE LICITAÇÃO” para despesas ordinárias que necessitam de licitação ou que se encaixam nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade, tal como determina a Lei Federal nº 8.666/93, exemplos:

| Mod. de Licitação | Nome do Credor | Nr. Empenho | Histórico / Descrição do Empenho | Data Emissão |
|----------------------|--|-------------|--|--------------|
| OUTROS/NÃO APLICÁVEL | TELEFONICA BRASIL S.A. | 29/2020 | REF A TELEFONE 3273 | 02/01/2020 |
| OUTROS/NÃO APLICÁVEL | ELEKTRO-ELETRICIDADE E SERV.S.A. | 42/2020 | REF A ENERGIA ELETRICA UC 3885283 | 02/01/2020 |
| OUTROS/NÃO APLICÁVEL | SABESP-Cia de Saneam.B.Est.S.Paulo | 50/2020 | RE A AGUA E ESGOTO NH | 02/01/2020 |
| OUTROS/NÃO APLICÁVEL | ENERGISA SUL-SUDESTE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A | 61/2020 | REF A ENERGIA ELETRICA UC | 02/01/2020 |
| OUTROS/NÃO APLICÁVEL | BANCO BRADESCO SA | 62/2020 | REF A TARIFAS BANCARIAS. | 02/01/2020 |
| OUTROS/NÃO APLICÁVEL | UNIMED-Pres. Prudente Est.Sao Paulo. | 68/2020 | REF A UNIMED - MES | 02/01/2020 |
| OUTROS/NÃO APLICÁVEL | CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. | 2470/2020 | BROMOPRIDA GOTAS AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-NÃO RENAME; | 19/05/2020 |
| OUTROS/NÃO APLICÁVEL | COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA | 2700/2020 | CLONAZEPAN 2 MG AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-NÃO RENAME; | 04/06/2020 |

Tal qual o Comunicado SDG Nº 34/2009 (Publicado no D.O.E. de 28.10.2009), as divergências apuradas denotam falha grave, eis que o Órgão não atende aos Princípios da Transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64), ocasionando efetivo prejuízo à ação de controle dos recursos públicos.

Propomos recomendação ao Executivo Municipal para que promova ajustes a fim de garantir a fidedignidade das informações encaminhadas ao Sistema Audesp, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

| Art. 212 da Constituição Federal: | % |
|--|--------|
| DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%) | 32,43% |
| DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%) | 26,29% |
| DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%) | 25,51% |

| FUNDEB: | % |
|---|--------|
| DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%) | 98,35% |
| DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%) | 97,00% |
| DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%) | 87,55% |
| DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%) | 65,77% |
| DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%) | 64,77% |
| DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%) | 58,42% |

Dados extraídos do Sistema Audesp.

Com base nos dados coletados junto à origem durante a inspeção, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo Município.

A Secretaria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem, o que pode prejudicar o ciclo escolar dos alunos.

Das medidas informadas, destacamos:

- Professores estão elaborando atividades que estão sendo enviadas para os alunos quinzenalmente, usando recursos digitais, materiais impressos com orientações por meio de textos, estudo dirigido, pesquisas e materiais didáticos, respeitadas as especificidades e considerando os recursos disponíveis.

C.2. IEG-M – I-EDUC

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

| Art. 77, III c/c § 4º do ADCT | % |
|----------------------------------|--------|
| DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%) | 28,89% |
| DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%) | 24,40% |
| DESPESA PAGA (mínimo 15%) | 23,08% |

Dados extraídos do Sistema Audesp.

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.



PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Como demonstrado no item B.3.1. deste relatório, foi constatada ausência de fidedignidade das informações encaminhadas ao Sistema Audesp.

G.2. IEG-M – I-GOV TI

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.



PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Considerando a despesa empenhada, o resultado da execução orçamentária no 2º quadrimestre evidenciou um déficit de 9,39%.

B.3.1. NÃO ATENDIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA E DA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

- A Prefeitura atribui “OUTROS/NÃO APLICÁVEL” no campo “MODALIDADE DE LICITAÇÃO” para despesas ordinárias que necessitam de licitação ou que se encaixam nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade, tal como determina a Lei Federal nº 8.666/93. Tais divergências denotam falha grave por não atendimento aos princípios da Transparência e da Evidenciação Contábil.



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Presidente
Prudente UR-05



À consideração de Vossa Senhoria.

UR-5.5, 03 de novembro de 2020.

Sidney Rodrigues Viana
Agente da Fiscalização